

Publique-se e dê-se conhecimento ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, ao Conselho Superior da Magistratura e ao interessado.

27 de Março de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

**Despacho n.º 9497/2006 (2.ª série).** — Rectifico o meu despacho n.º 2617/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 24, de 2 de Fevereiro de 2006, determinando que a autorização da remuneração correspondente a 90% do vencimento dos magistrados do Ministério Público ao licenciado Nuno Miguel Borges Soeiro, pelo exercício, em regime de substituição, das funções de procurador-adjunto na comarca de Pinhel, tem efeitos a partir de 3 de Maio de 2005, conforme o proposto pela Procuradoria-Geral da República.

13 de Abril de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

**Despacho n.º 9498/2006 (2.ª série).** — Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 65.º da Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro, com a redacção que lhe foi introduzida pelo artigo 1.º da Lei n.º 60/98, de 27 de Agosto, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público, autorizo o abono de 85% do valor relativo ao índice 100 da escala indicária dos magistrados do Ministério Público à licenciada Sílvia dos Santos Serra pelo exercício, em regime de substituição, das funções de procuradora-adjunta na comarca de Melgaço, a partir de 1 de Março de 2006 e enquanto se mantiver no exercício de funções.

13 de Abril de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

### Gabinete do Secretário de Estado da Justiça

**Despacho n.º 9499/2006 (2.ª série).** — Considerando que, nos anos de 2003 e 2004, por força da aplicação das Portarias n.ºs 303/2003, de 14 de Abril, e 205/2004, de 3 de Março, apenas foram atualizados os montantes das remunerações recebidas pelos funcionários dos registos e do notariado cujo ordenado, englobando o vencimento de categoria e o vencimento de exercício, fosse igual ou inferior, respectivamente, a € 1008,57 e € 1024,09;

Considerando que os aumentos levados a cabo nos referidos anos revestiram uma natureza provisória, não incorporando definitivamente o índice das respectivas categorias;

Considerando que a Portaria n.º 42-A/2005, de 17 de Janeiro, determinou a actualização, em 2,2%, do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral e do regime especial, bem como dos cargos dirigentes e dos corpos especiais, sendo por isso aplicável aos funcionários dos registos e do notariado;

Considerando que os funcionários não abrangidos pelos aumentos de 2003 e 2004 têm a sua situação regularizada;

Considerando, finalmente, que a simples aplicação da Portaria n.º 42-A/2005, de 17 de Janeiro, determinaria, por via da descondição do carácter provisório dos aumentos havidos em 2003 e 2004, uma redução do ordenado dos funcionários abrangidos pelos aludidos aumentos;

Determino que o cálculo da actualização salarial em 2,2% dos funcionários abrangidos pelos aumentos salariais de 2003 e 2004 seja efectuado tendo por base os ordenados percebidos pelos funcionários em questão em consequência dos mencionados aumentos.

O presente despacho produz efeitos desde 1 de Janeiro de 2005.

23 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado da Justiça, *João Tiago Valente Almeida da Silveira*.

### Secretaria-Geral

**Despacho (extracto) n.º 9500/2006 (2.ª série).** — Por meu despacho de 12 de Abril de 2006:

João Carlos Andrade Pando, técnico profissional principal, escalão 5, índice 295 — nomeado, precedendo concurso, na categoria de técnico profissional especialista, escalão 4, índice 316, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Abril de 2006. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

### Directoria Nacional da Polícia Judiciária

**Despacho n.º 9501/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 13 de Janeiro de 2006 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária:

Maria Amélia Barros Martins Machado, auxiliar administrativa de escalão 7 do quadro da Polícia Judiciária, a exercer funções em regime de comissão de serviço extraordinária como especialista auxiliar estagiária — nomeada definitivamente especialista auxiliar do escalão 1 do quadro da mesma Polícia.

Por despachos de 17 de Janeiro de 2006 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária:

Licenciado Joaquim Boaventura Pereira Antunes da Silva, especialista auxiliar do escalão 5 do quadro da Polícia Judiciária, a exercer funções em regime de comissão de serviço extraordinária como especialista estagiário — nomeado definitivamente especialista do escalão 1 do quadro da mesma Polícia.

Ovalda da Conceição Martins de Medeiros Soares, telefonista do escalão 5 do quadro da Polícia Judiciária, a exercer funções em regime de comissão de serviço extraordinária como especialista auxiliar estagiária — nomeada definitivamente especialista auxiliar do escalão 1 do quadro da mesma Polícia.

Por despachos de 25 de Janeiro de 2006 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária:

Licenciado Paulo Miguel Mateus dos Anjos Ferreira, inspector do escalão 3 do quadro da Polícia Judiciária, a exercer funções em regime de comissão de serviço extraordinária como especialista superior estagiário — nomeado definitivamente especialista superior do escalão 2 do quadro da mesma Polícia.

Licenciado João Pedro Marques Júlio, especialista do escalão 2 do quadro da Polícia Judiciária, a exercer funções em regime de comissão de serviço extraordinária como especialista superior estagiário — nomeado definitivamente especialista superior do escalão 1 do quadro da mesma Polícia.

(Não estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Abril de 2006. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

### Instituto Nacional de Medicina Legal

**Aviso n.º 5144/2006 (2.ª série).** — Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal (INML) de 11 de Abril de 2006:

Cristina Maria de Almeida Teixeira e Rosa Maria Santos Antunes Ferreira — nomeadas, precedendo concurso externo de ingresso, na categoria de técnico profissional de 2.ª classe, área de apoio técnico e secretariado, da carreira de pessoal técnico profissional do quadro único de pessoal do INML para exercer funções na Delegação de Coimbra. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

11 de Abril de 2006. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

## MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

**Despacho n.º 9502/2006 (2.ª série).** — Pretende a Águas do Oeste, S. A., empresa concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento e saneamento do Oeste, levar a efeito a construção do sistema de saneamento de Cadafais — emissário de Santana de Carnota, Refugidos, Precês e Cadafais, no concelho de Alenquer, utilizando para o efeito terrenos afectos à Reserva Ecológica Nacional do concelho de Alenquer por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/96, de 4 de Abril, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 108, de 9 de Maio de 1996.

O projecto apresentado compreende o estudo do emissário com uma extensão total de 6768,03 m, em que 5580,11 m serão troços a construir e 1187,92 m fazem parte das redes de drenagem de águas residuais de Refugidos e Precês. O emissário é também constituído